

## Repensar a Amazônia, um objetivo comum de importância global

Jacques Marcovitch \*

O desafio amazônico constitui, para os países da América Latina, a oportunidade de afirmar sua capacidade de concertação em prol de um objetivo comum de importância global. As questões ambientais, as tensões e conflitos fronteiriços, as comunidades ameaçadas de extermínio, a biodiversidade castigada, as doenças endêmicas e a subnutrição afetam a maioria dos que vivem na região e exigem urgência em aceitar conjuntamente este desafio.



Nossa sociedade dual convive com permanentes tensões nas megalópolis e nos espaços rurais da América Latina. A violência, as drogas, o comércio de recém-nascidos e a degradação do meio ambiente constituem exemplos do elevado preço pago por uma sociedade humana incapaz de integrar a maioria dos seus membros.

É neste contexto que o desafio amazônico deve ser equacionado. Trata-se de um espaço de 500 milhões de hectares, uma extensão territorial superior a toda a Europa Ocidental, que detém 20% das reservas de água doce do mundo, habitada por aproximadamente 20 milhões de pessoas.

O sensoriamento remoto, associado à sofisticada tecnologia de satélites espaciais, permitiu descobrir o potencial mineral e de recursos naturais da região antes de o ser humano alcançar esta superfície de 6 milhões de quilômetros quadrados. O espaço amazônico está sendo pesquisado no seu subsolo antes de se conhecer sua superfície. A identificação do subsolo, com seu imenso potencial mineral, tem provocado o embate entre fortes interesses econômicos. Embates que têm aguçado as tensões entre a população da região, proprietários rurais, dirigentes de empresas e das comunidades locais.

Existe uma estratégia para o desenvolvimento sustentável na região amazônica? Esta pergunta foi parcialmente respondida pelos países latino-americanos que firmaram a Declaração de Manaus, em 10 de fevereiro de 1992. Nesse documento os países signatários analisaram a problemática regional. Examinaram alterações climáticas, diversidade biológica, florestas tropicais, degradação de solos, recursos hídricos e resíduos tóxicos. A Declaração contém um compromisso quanto às comunidades indígenas, os assentamentos humanos e aborda a necessidade de fluxos financeiros e de tecnologias para o desenvolvimento sustentável da região. Um conjunto de diretrizes estratégicas oportunas, mas insuficientes.

Uma estratégia deve conter, em complemento às diretrizes, metas, programas, projetos e parâmetros de acompanhamento. A extensão territorial da Amazônia exige priorizar o reconhecimento das suas partes. Esse reconhecimento privilegia a memória de informações sobre cada zona ecológica e econômica da região. A esse reconhecimento devem estar associadas iniciativas no campo da educação básica, da saúde e de projetos, como, por exemplo, a recuperação do eixo degradado de Carajás a São Luiz.

A participação das instituições da região amazônica nesse reconhecimento é decisiva na realização deste ambicioso empreendimento. São elas que, convivendo com a realidade regional, melhor apreendem sua complexidade. Para colaborar nesse reconhecimento, grupos de estudo, escolhidos com base na competência, qualidade científica e capacidade de organização, devem debruçar-se sobre cada zona. Esses grupos, sediados em universidades, centros e institutos de pesquisa e outras entidades qualificadas, representam a articulação da sociedade em torno do desafio amazônico.

O estabelecimento de vinte cátedras por cinco anos, destinadas a estudos

amazônicos, facilitaria esta articulação. Uma articulação que depende da retenção dos melhores talentos orientados para o repensar da região. Essas cátedras, que podem atrair de vinte a cem especialistas, deveriam ser constituídas com base em critérios de excelência. Cada cátedra corresponderia a um investimento de cerca de US\$ 50 mil/ano, resultando em um total de US\$ 5 milhões para o período de cinco anos. Um montante a ser incluído nos programas de interesse do Brasil a serem financiados por agências multilaterais.

Ocupantes de cátedras são especialistas de notoriedade pública no seu campo que estudam aspectos culturais, históricos, políticos, sócio-econômicos, antropológicos e ambientais. Esses aspectos podem abranger uma ou mais zonas da região amazônica. Caberá a eles, em complemento aos estudos realizados na sua especialidade, animar grupos interdisciplinares em torno de temas de interesse. Esses temas para cada zona ecológica e econômica são os seguintes:

- 1) a implantação de uma infra-estrutura social de atendimento às necessidades básicas, no campo da educação e da saúde;
- 2) a identificação de oportunidades de emprego e de atividades econômicas ambientalmente saudáveis;
- 3) a transferência de tecnologias limpas para as atividades econômicas;
- 4) a demarcação das áreas das comunidades indígenas;
- 5) o turismo ecológico, sua localização e a forma de realizá-lo;
- 6) os métodos de exploração racional da madeira;
- 7) a implantação de criatórios em campos naturais;
- 8) o planejamento de uma infra-estrutura de transporte ajustada à realidade fluvial e terrestre;
- 9) a evolução da desertificação e o seu combate; e
- 10) as diretrizes para políticas fronteiriças.

A criação de cátedras de duração limitada no tempo e dirigidas aos estudos temáticos acima se realiza no âmbito de um programa mobilizador a ser estruturado nas seguintes bases:

- a) valorizar as atividades-fim, alocando os recursos ao pesquisador, e aproveitar as instituições existentes, evitando a criação de novos órgãos;

b) a seleção dos ocupantes das cátedras é feita por um grupo de alto nível, constituído por talentos vinculados aos países amazônicos, escolhidos em função da sua competência, dedicação e interesse nos estudos amazônicos. Os esforços realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), em Manaus, e pelo Museu Goeldi, em Belém, por universidades e por outras entidades dedicadas à região merecem ser destacados;

c) a orientação do programa é feita por uma assembleia em nível ministerial, tendo como observadores representantes da classe política e membros das comunidades locais, o setor empresarial, os sindicatos de trabalhadores, as forças de defesa e a diplomacia. Essa assembleia, reunindo-se uma vez por ano, tem por missão acompanhar o cumprimento do Tratado dos Países Amazônicos e da Declaração de Manaus. Caberá à assembleia acompanhar as metas alcançadas por esse programa de reconhecimento das partes e de proposição de políticas públicas;

d) um reduzido secretariado que desempenhe o papel de centro de documentação e de apoio às atividades do grupo de alto nível e da assembleia ministerial;

e) um "painel de avaliação externa" para o acompanhamento, por especialistas, das atividades realizadas. A presença no painel de cientistas e de lideranças da região amazônica garante a qualidade e a integração das pesquisas efetuadas.

Repensar a Amazônia, com base na busca do conhecimento, é premente neste final de século. Um final de século marcado por mentalidades em confronto. Confronto que exige alianças. Alianças que transcendem origens sociais e traços étnicos. Alianças construtoras de novas pontes entre lideranças com postura prospectiva. Lideranças sensíveis a estratégias globais e conscientes da importância dos estados nacionais democráticos, viabilizadores da cooperação internacional construtiva.

Um programa mobilizador de talentos, dedicados aos estudos prospectivos das zonas ecológicas e econômicas da Amazônia, vem ao encontro de alianças embrionárias em busca de novos círculos virtuosos. É uma contribuição da geração presente para transformar esperanças em realidade.

\* Professor titular da FEA/USP e diretor do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.